



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1978.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidecino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo e Renato Bernardi (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Deni Schwartz, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem nº 46/78.

Curitiba, 25 de abril de 1978.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, "in-fine" e 41, § 3º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, a indicação do nome do Doutor ARMANDO QUEIROZ DE MORAES, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A larga experiência profissional do indicado, como advogado militante por muitos anos, e a expressiva folha de serviços prestados à causa pública, como Professor, Deputado Estadual em três legislaturas, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil, conferem-lhe plenas condições para exercer com grande eficiência as funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

A fim de que essa augusta Casa possa melhor julgar a indicação ora formulada é anexado "curriculum vitae" do Doutor Armando Queiroz de Moraes, onde está sucintamente demonstrada a plena capacidade para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

NOME: ARMANDO QUEIROZ DE MORAES
DATA DE NASC: 14 DE ABRIL DE 1.919
NATURAL DE: VIRADOURO — S.P.
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
FILIAÇÃO: FAUSTO QUEIROZ DE MORAES e CORA SILVEIRA DE MORAES
CASADO COM: MARIA CONCEIÇÃO QUEIROZ DE MORAES
CURSO SECUNDÁRIO: CAMPINAS — S.P.
CURSO SUPERIOR: FACULDADE DE DIREITO DE NITEROI
R.G. : 443.168 — PR.

CARGOS, FUNÇÕES E ATIVIDADES EXERCIDAS

- a) ADVOGADO EM SÃO PAULO e PARANÁ (CAMPO MOURÃO).
- b) PROFESSOR DO GINÁSIO DE CAMPO MOURÃO
- c) DEPUTADO ESTADUAL pelo P.D.C. em 1.962.
- d) PROCURADOR DA PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO.
- e) LÍDER DO GOVERNO e P.D.C.
- f) REELEITO DEPUTADO em 1.966.
- g) PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
- h) REELEITO DEPUTADO em 1.970.
- i) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
- j) RELATOR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3.
- l) CO-AUTOR DA VIGENTE LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

CARGOS E FUNÇÕES QUE OCUPA

- a) PROCURADOR DO ESTADO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
- b) CHEFE DA CASA CIVIL DO PALÁCIO DO GOVERNO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente à pesença de V. Exª requerer que, ouvido o Plenário, seja registrado em ata um voto de louvor ao jornal "Folha de Londrina", da cidade de Londrina, que hoje comemora o seu 30º aniversário.

O louvor é merecido tendo em vista tratar-se aquele periódico de verdadeiro orgulho dos paranaenses, por ser o melhor e o maior jornal do interior do Brasil.

O voto de louvor deve ser estendido também a todos os seus funcionários, especialmente ao seu corpo redatorial, que se caracteriza pelo talento e pela seriedade. Deve-se também louvar o descortínio empresarial do seu diretor, Sr. JOÃO MILANEZ, cujos méritos já foram proclamados por esta Assembléia, que lhe outorgou o título de "Cidadão Honorário" do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(a) OSVALDO MACEDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido

o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao INCRA, reiterando nossa solicitação no sentido de que sejam ultimados os trabalhos necessários para que possam ser aprovados os loteamentos urbanos de Alvorada do Oeste, Cielito e Cerro Azul, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos, há poucos dias, o ofício sob nº 1420, da lavra do Senhor Coordenador Geral do INCRA, informando-nos a respeito do andamento dos processos que têm como objetivo a regularização de diversos loteamentos urbanos no Município de Cascavel.

Pelo ofício, constatamos que o INCRA foi imitado no domínio e posse das Glebas 6 e 7, da Colônia Tio da Paz e 6 e parte da 7, da Colônia Cielito, desde novembro de 1.974.

Informou-nos, ainda, que aquela autarquia estaria ultimando o processo de regularização fundiária da região.

A maneira pela qual sejam regularizados os loteamentos, desde que não venha a ferir direitos adquiridos, é de somenos importância, desde que, encontrada a fórmula ideal, esta seja executada de imediato.

A liberação dos títulos de domínio daquelas terras se faz necessária, dada a evasão da mão de obra agrícola que se verifica em razão dos impasses surgidos para regularização das posses.

Esses, os principais motivos que nos levaram a reiterar o pedido de urgência na aprovação desses loteamentos, fator que virá viabilizar o progresso daquela região, assegurando-lhe maior firmeza nos investimentos e na inversão de recursos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando a Sua Excelência, que se digne determinar as providências necessárias visando à reabertura do Núcleo Social 31 de março, na cidade de Ponta Grossa, que, conforme denúncia formulada pelo órgão de divulgação "A NOTÍCIA", daquela cidade, encontra-se fechado há alguns dias.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes e concomitantemente, ao Excelentíssimo Senhor Doutor TANCREDO BENGHI, ilustre Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, consubstanciado em APELO, no sentido de que sejam tomadas providências para regularização e expansão de linhas de ônibus intermunicipais, nos Municípios de FÊNIX e BARBOSA FERRAZ.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(a) Valter Pietrângelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, os Deputados que o presente subscrevem, requerem após ouvido o Plenário, a Constituição de Comissão Especial, formada por 5 (cinco) Senhores

Deputados, para representarem esta Casa nas comemorações alusivas ao 31.º (trigésimo primeiro) aniversário do Município de Maringá, no período de 02 a 11 do mês de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(aa) Valter Pietrângelo e Jorge Sato.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 45/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade o "Seminário Menor São Vicente de Paulo", com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se dedica à atividade cultural, prestando assim inestimáveis serviços à comunidade não só de Araucária, como também das cidades circunvizinhas.

A documentação que anexo encaminhamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual, pertinente a matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A GANÂNCIA DO LUCRO E A ECT

Inegavelmente operou-se, nos últimos anos nos nossos Correios e Telégrafos, depois da criação da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, uma melhoria nos serviços prestados ao público. Embora ainda não tenham atingido um padrão de eficácia comprovada, seus serviços são satisfatórios e tudo indica que brevemente a meta básica seja atingida.

É dispensável também dizer, que o progresso no setor só foi conseguido com a elevação das tarifas postais. Nivelando por baixo o preço de Cr\$ 1,80, por uma simples carta postal, chega-se a conclusão dos elevados custos que o público tem suportado para usufruir do constitucional direito a correspondência postal.

Se a melhora se deu depois da elevação das tarifas, parece-nos que a direção da ECT, assumiu de modo absoluto a filosofia capitalista do LUCRO. Como órgão da administração federal indireta e detendo o monopólio do setor, os nossos Correios e Telégrafos, passam a desenvolver não uma prestação de serviço público indispensável, mas baseiam-se na preocupação imediatista e exclusiva do "lucro".

Não se justifique que o lucro é indispensável para o aprimoramento do setor. Existe maneira de obter-se lucros e maneiras de "gananciosamente viver para o lucro" fazendo deste o primeiro objetivo. A eficiência dos serviços não se exaure na prestação do serviço Público — objetivo da administração, mas sim na maneira de tornar mais rentável e lucrativa a empresa. Esta parece, infelizmente, a filosofia que orienta a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, esquecendo-se que o "lucro obtido" será sempre e exclusivamente suportado pelo consumidor, o que vale dizer pelos usuários que constituem as camadas populares.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, uma evidente prova desta ganância de lucros que vem movendo a EMPRESA

BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Neste folheto, e nos anúncios publicados pela imprensa, os Correios e Telégrafos, atraem a atenção e necessidade de milhares de jovens brasileiros, chamando-os para um concurso e a disputarem minguadas duzentas vagas de Curso de Administração Postal e Formação de Inspectores. Ora, se por um lado é louvável que paguem os bons salários de Cr\$ 12.518,00 e Cr\$ 16.825,00, respectivamente, aos cursos ofertados, além de uma BOLSA DE ESTUDOS por dois anos, à razão de Cr\$ 4.200,00 mensais, não se pode negar seja totalmente reprovável a cobrança da taxa de Cr\$ 300,00, para a prestação de tal concurso.

Não será difícil presumir, os milhares de candidatos que se inscreverão, eis que apenas se exige tenham os mesmos o 2º grau completo. Se apenas em Curitiba, no último vestibular, aproximadamente vinte mil vestibulandos se inscreveram, agora ampliado para o interior do Estado e praticamente em todo o Estado, é fácil prever a infinidade de candidatos que acorrerão ao chamamento.

Apenas duzentos afortunados usufruirão das vantagens, ao passo que milhares deixarão seus Cr\$ 300,00 para a ECT. Esta fabulosa receita, retirada de maneira e com tal expediente, me parece ser a inspiração tecnocrática da empresa, que decididamente ganha dinheiro e ganha com muita facilidade. Por isso, pode-se afirmar, que hoje os Correios e Telégrafos estão naquele: "Como ganhar dinheiro sem fazer esforço".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho recebido, constantes telefonemas, acerca do problema de pagamento dos funcionários da Secretaria de Educação e Cultura. Muitas professoras abnegadas, construtoras do progresso intelectual do País e principalmente deste Estado, desta posição hereditária do poder central, estão a reclamar por via telefônica que os seus vencimentos estão há mais de um mês em atraso, e normalmente são as professoras que por último recebem neste concerto do Estado do Paraná.

A notícia não confirmada de que o suplementarista, este que sofre com constrangimento do Estado, do Estado como pessoa jurídica, e do Estado de fato, em que vive as finanças do Paraná. E sofrem tratamento diverso, primeiro quem sabe, supõe-se por ser professor; segundo, porque seria um suplementarista. Mas, na verdade, Sr. Presidente, e o fato é incontestável, de que a classe do Magistério neste Estado do Paraná tem sido fustigada por todos os atos do governo, e é por esta razão que venho a esta tribuna, me posicionar em defesa desta classe do Magistério, que é a que primeiro deveria ser beneficiada, porque é quem deve ter tranqüilidade para ministração das aulas, para a educação e a cultura do povo paranaense. E não havendo condições psicológicas, não havendo tranqüilidade e segurança nos seus lares, não é possível de se dar aulas, adequadas para o seu progresso, para a transmissão, para a assimilação do aluno. E é neste sentido que venho daqui, desta tribuna, fazer um apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Cultura do Paraná, para que viabilize, com a maior pressa deste mundo, o pagamento dos professores.

Porque a se perdurar este clima de tensão, não haveria condições de aproveitamento da capacidade que teriam essas professoras e esses professores do Estado.

Faço este apelo com a maior insenção de todas as vezes que venho e tenho vindo a esta tribuna. Deixo aqui, Sr. Presidente, a voz abafada deste professor que vem sofrendo no curso dos anos, neste Estado, para que o governo se instrumente e pague os professores em dia, na hora precisa e adequada, porque, quando o Estado necessita de professor, chama, faz o chama-

mento do magistério, é o que primeiro se apresenta nas primeiras horas do amanhecer paranaense.

Era este o apelo, Sr. Presidente, e era esta a voz que eu queria deixar registrada aqui desta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"PACOTE DE GOVERNADORES": é o editorial do "Jornal do Brasil", publicado em data de ontem.

Está praticamente concluída a sucessão de 1978. — Dela se lembrará a Nação por muito tempo; dela ficará registrada na História deste País, na qual já desponta como a mais fechada, autoritária, inexplicada e tortuosa, de quantas ocorreram ao longo dos tempos e das intenções dos governantes.

A gravidade trazida por essa série de nomeações, no panorama institucional brasileiro, é assombrosa. Suas conseqüências não podem ser adequadamente avaliadas, e de todo o processo, há anotar desde já que, pelo segundo mês de abril consecutivo, a Sociedade brasileira é empacotada no Palácio do Planalto, que se arroga, ora em Constituinte, ora em eleitorado. Vive-se uma farsa política, onde personagens dotados das mais diversas intenções, procuram fazer crer à sociedade, que em seu benefício as ações devem ser praticadas através de nomes falsos, de cerimoniais ridículos e de capitulações pessoais que ofendem a própria noção de caráter que o cidadão tem o direito de esperar de políticos e postulantes.

Diga-se que não há farsa. Responda-se que eleição indireta é esta que sequer consulta a Convenção partidária, que impede a disputa e transforma o ato de escolha em simples comunicação verbal, sequer justificada? É da obrigação dos governantes do país e, de todos aqueles que pretendem preservar as instituições nacionais, dissolver o simulacro em que se transformou o artigo da Constituição onde é prevista a forma de eleição dos governadores. Não há eleição alguma. Há uma nomeação direta, a partir de critérios pessoais, a qual não carrega sequer o aspecto unitário das nomeações do Segundo Reinado, mas exige sobretudo um centralismo que só será encontrado na decadência da monarquia em sua fase de personalismo imperial.

As escolhas são feitas pelo Presidente da República. Pouco interessa a segurança de propósitos, a honestidade pessoal, a retidão política que é devida reconhecer ao Presidente Ernesto Geisel. Pelo contrário, é de se lamentar que um homem com a sua formação e com sua biografia tenha, no exercício de tão alta função, de presidir à solenidade tão tenebrosa.

Essa questão, como muitas outras, da política nacional, está deteriorada muito mais no campo dos princípios do que no das individualidades. Pouco importa discutir, diante da sucessão de 1978, este ou aquele nome, esta ou aquela escolha. Trata-se de verificar o que sucedeu e o que de terrível poderá suceder como resultado de uma política baseada em ideologia paternalista.

Para isso, deve-se considerar estabelecido que este ano o "pacote de abril" não teve normas antidemocráticas como as do ano passado, pois foi um "pacote" de nomes. Não haverá eleição alguma para entronizar os 20 escolhidos. Houve a nomeação e todo o resto é ritual. Só essa característica institucional, seria suficiente para exigir a repulsa da sociedade.

Não é nela, contudo, que se esgota o aspecto crítico da sucessão de 1978. É no aspecto mais profundo, resultante da visão global das escolhas, que repousa o mais ameaçador dos critérios utilizados. Levaram-se governadores fracos para os Estados fortes e governadores fortes para os Estados fracos. As quatro principais unidades da Federação - São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - serão governadas por cidadãos que carregam na postura, no passado e nos compromissos, o traço

mente arrolhados. Deles não sairá qualquer nome capaz de adquirir projeção nacional ou de se sentar à frente de autoridades federais como representante de algo vivo como as sociedades que governam. Representarão, como seus interlocutores, a coluna de Atos do Poder Executivo, do Diário Oficial.

É comum se afirmar que o País será, a partir do próximo ano, o Quinto Presidente Militar, porque as lideranças civis não foram capazes de preencher os vazios que a Revolução carrega consigo. Deve-se perceber, num raciocínio simples, que se os principais cargos da hierarquia militar fossem preenchidos através de critérios tão anômalos e tão estranhos à essência legislativa do País, faltaria, neste caso, não os civis, mas os oficiais.

Assim como a eleição indireta transformou-se num biombo roto que já não encobre mais o unitarismo palaciano, o veto das escolhas está claramente orientado para a liquidação das lideranças civis, revolucionárias e comprovadamente competentes, quer no Parlamento, quer no Executivo, quer no Judiciário.

Quando os quatro maiores Estados da Federação têm diante de si quatro anos de poucas esperanças, a própria Federação está colocada diante da mais grave desesperança.

Essa desesperança virá não só para os cidadãos que perderam seus direitos de voto, mas também para aqueles que vetaram o sistema eleitoral previsto pela Carta. Pelos mais diversos motivos transforma-se a hipótese de uma vitória oposicionista nas eleições de novembro num fator de intranquilidade. Ora, aí está uma grave falácia. A intranquilidade existe, e chegará às eleições de novembro, porque a cada abril há um "pacote", ora de normas, ora de nomes. Não é a eleição que intranquiliza o País. As instituições nacionais estão sendo colocadas no trilho do risco por um regime que se intranquiliza com o sistema eleitoral, porque a ele não resiste, porque se sabe aniquilado pelo voto.

É necessário constatar a existência, no País, de duas tendências opostas. Uma, antieleitoral, que aniquila a atividade política. Outra, que compreende a necessidade da prática do dissenso e da mediação como única fórmula capaz de levar o País a novas e sólidas instituições.

Por diversos motivos é na primeira tendência que se concentra toda a força visível do País enquanto na segunda não se concentra nenhuma, senão a de algumas idéias que fazem parte do mais precioso legado da civilização ocidental.

Nessa civilização há os mais diversos exemplos de situações análogas. Neles, sempre triunfa, a despeito do tempo, a força das idéias. O preço desse triunfo, porém, é sempre um caro resgate de instituições em colapso, de personalidades políticas aviltadas e de economias depredadas. O Brasil deve ser poupado de mais esse infortúnio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por mero capricho pessoal, o Município de Ponta Grossa vem sendo sistematicamente postergado pelo Governo do Estado do Paraná.

Hoje, nos solicitou o ex-Deputado Estadual e atual Prefeito de Ponta Grossa, Luiz Carlos Zuk, que, transmitíssemos apelo a Sua Excelência o Sr. Secretário da Saúde, no sentido de que seja providenciada a reabertura do Núcleo Social 31 de Março, fechado há alguns dias por parte do Governo do Estado, escola esta, creche esta que mantém um elevado número de crianças em Ponta Grossa.

A denúncia está estampada na edição de hoje do jornal "A Notícia", da Princesa dos Campos, em que salienta o completo abandono a que está relegado aquele Núcleo Social, onde apenas as professoras cumprem horário, para receberem seus

vencimentos, pois, infelizmente, não há atividades.

Temos certeza de que Sua Excelência o Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social não está a par desta ocorrência, e, nesse sentido, acompanhando a reportagem do jornal "A Notícia", encaminhamos requerimento dirigido àquela autoridade, no sentido de que solucione o problema.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Piétrangelo, inscrito. (Declina).

A Presidência, no Grande Expediente, concede a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fuad Nacli. (Pausa) Como S. Ex.^a se encontra ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse o profeta Lucas: "E o Diabo, levando-O ao alto de um monte, mostrou-Lhe num momento todos os reinos do mundo.

"E disse-Lhe o Diabo: Dar-Te-ei todo este poder e a sua glória. Porque a mim me foi entregue e eu dou-o a quem quero. Portanto, se me adorares, tudo será Teu. . ."

Lucas, Capítulo V, versículos 5, 6 e 7.

O Governo fixou novos níveis de salário-mínimo. Deu o que acha que o trabalhador vale no modelo econômico brasileiro.

É o preço do trabalho de 18 milhões de brasileiros. E é a referência para outros 12 milhões que recebem entre um e dois salários-mínimos.

O governo sabe que os trabalhadores ficarão decepcionados. Mas, afinal, neste modelo econômico, a política salarial é de arrocho.

O governo sabe que, embora decepcionados, os trabalhadores ficarão muito ocupados, fazendo as contas a pagar. Ficarão ocupados, trocando números para comprar mais comida, utensílios e roupas que estão faltando em casa.

O governo entende que os trabalhadores estão recebendo na verdade, uma pequena recomposição salarial e não um aumento de salários. É uma recomposição porque o custo de vida já absorveu todo o salário anterior e uma parte do que entra agora. Agora o custo de vida dará novo salto para a frente.

Porém, não é o salário a causa principal do custo de vida. Ele entra com um percentual limitado. O que agrava o custo de vida é a nossa situação de dependência em relação aos Estados Unidos e outros países que daqui retiram grossas fatias do bolo nacional.

O que agrava o custo de vida é a atividade especulativa dos bancos e outras instituições financeiras. São os atravessadores da produção. É a corrupção no serviço público. E é a mentira oficial sobre valor do cruzeiro e da correção monetária.

Em resumo, temos a inflação e temos um governo inflacionário que transfere todo o ônus do seu "milagre" para as costas dos pequenos produtores e assalariados.

Não é mais possível esconder a realidade brasileira e o tipo de governo que temos.

Esse governo que gerou a maior concentração de renda, talvez em todo o mundo, desde os reis da Espanha e Inglaterra, dos séculos XVII e XVIII.

De um total de aproximadamente 115 milhões de brasileiros, cerca de 2 milhões vivem com bons rendimentos. Desses 2 milhões, 20 mil vivem como nobres; 2 mil como senhores de barão-e-cutelo. Temos ainda um soberano e um príncipe. Perto de 50 milhões vegetam com o salário-mínimo e suas frações; e 30 milhões vivem com um pouco mais. O restante se divide em 25 milhões que não se sabe como vivem; são uma incógnita da fome e da marginalidade social; e 13 milhões que fazem uma escala entre o aceitável e o suficiente, em termos de padrão de vida brasileiro.

Este modelo econômico brasileiro distribui a renda

nacional entre 2 milhões de brasileiros, cuja riqueza cresce; e 113 milhões, cuja vida não tem passado, ou não tem presente nem futuro.

O governo, no entanto, pretende manobrar essa centena de milhão de brasileiros, pela força, pela corrupção e pela lavagem cerebral.

Só que enfrenta uma resistência que cresce todos os dias. Uma resistência que ele não consegue dobrar. Os trabalhadores da cidade e do campo não podem mais suportar as privações, a opressão e a demagogia.

Os brasileiros estão cansados desse governo e ele, obcecado por suas vantagens e privilégios, não vê nem compreende que a nação está exaurida, farta do arbítrio e da exploração. Farta dos sonhos de glória que sempre esconderam negociatas faraônicas e privilégios de grupos íntimos ao poder.

Nestes dias de memória histórica dos trabalhadores, saúdo os trabalhadores brasileiros e sua coragem e esperança em dias melhores. Saúdo a autoconfiança da classe trabalhadora que desperta e avança para melhores dias.

Saúdo o trabalhador do campo. O da cidade. A mulher trabalhadora. A criança-adolescente trabalhadora. Aqueles que constroem a realidade econômica dos países. Saúdo o Trabalho, como primeiro capital na empresa do progresso.

Minha mensagem é de esperança e otimismo no futuro que havemos de construir, colocando a pedra todo dia nos alicerces da sociedade. Lavrando a terra e semeando o alimento dos homens.

Ninguém decidirá sempre por seus destinos, porque são agentes históricos com presente e futuro, cada vez mais evidenciados e capazes de assumir seu importante papel na vida social.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. Tendo declinado, consulto à liderança do MDB, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em reverência à visita que nos faz o Vereador Cícero Feitosa, de Fênix, nós apenas queremos dar conhecimento à Casa de uma matéria que propomos hoje, que não tem dimensões estatais, mas que, de qualquer forma, representa uma reivindicação legítima, justa e de alta conta, para uma comunidade constituída, de alguns milhares de pessoas, que nos Municípios de Fênix e Barbosa Ferraz, produzem para a Nação. É um requerimento, Srs. Deputados, que dirigimos ao Sr. Secretário dos Transportes, e ao Sr. Diretor Geral do DER, no sentido de sensibilizar aquelas autoridades para que tomem providências na regularização e expansão, de linhas de ônibus intermunicipais, naquelas duas comunidades do nosso Estado.

Assunto já abordado na Câmara de Vereadores de Fênix, pelo Vereador Cícero Feitosa, que agora se faz portador de abaixo-assinado, de moradores das diversas localidades interioranas do Município de Fênix, com mais de 300 assinaturas e outras adesões que solicitam as atenções do governo, por intermédio dos seus órgãos competentes, com a finalidade de restabelecer o funcionamento de trajetos de duas linhas de ônibus, que viriam atender as múltiplas necessidades de uma população que tem que se deslocar constantemente para o trabalho, estudos, e até mesmo para procurar recursos médicos e de assistência social. Para exemplificar melhor e justificar a reivindicação, para a qual nós pedimos o apoio desta Casa, pela importância que ela representa a uma parcela ponderável da nossa população trabalhadora, nós tomamos por base, considerando de suma importância e que, além disso, configura o extremo da irresponsabilidade das empresas que atualmente detêm a concessão daquelas linhas. "Uma das linhas que serviu aos Distritos de Ouro Verde e Vila Rica,

concedida ao Expresso Maringá, encontra-se abandonada há mais de dois anos.

II.- A outra, cuja utilidade era para os Distritos de Cem Alqueires, Cantinho do Céu e Água do Bagre, de concessão do Expresso Princesa do Ivaí, está abandonada, simplesmente há mais de dez anos".

Na primeira a distância corresponde a 22 quilômetros; e na segunda, a 26. As distâncias são pequenas. Comparadas às grandes distâncias percorridas pelas nossas empresas de transportes coletivos.

Mas representam o sacrifício e o desrespeito realmente ponderado àqueles trabalhadores que têm que percorrer esses trechos a pé.

"Ouro Verde e Vila Rica, são duas comunidades que congregam mais de cinco mil pessoas, das quais a maioria não possui condução própria e obrigatoriamente depende do meio coletivo.

No momento são parcialmente servidas pelo Expresso Cariolando, porque este possui concessão apenas para o Município de Barbosa Ferraz, não podendo ultrapassar os limites entre as duas unidades do Estado, obrigando os habitantes de Fênix, das localidades citadas, a desembarcarem na divisa e percorrerem a pé, vários quilômetros.

Seria da maior conveniência que fosse concedida a ampliação do percurso para que atingisse a sede de Fênix, atendendo as exigências normais e também principalmente aos estudantes do ginásio noturno, quase todos filhos de lavradores e sem condição financeira.

A segunda linha, ao tempo da concessão, ficou estabelecida com ponto de partida na localidade de Cantinho do Céu e final, na sede municipal de Fênix; posteriormente houve inversão, ficando o início do trajeto na sede, passando por Cantinho do Céu e continuando até Cem Alqueires, atendendo no retorno, o Distrito de Água do Bagre, voltando na sequência ao ponto de partida.

Isto porém, já faz parte do passado; a realidade atual é outra, bem diferente dos áureos tempos; tudo está abandonado.

Como nos outros Distritos, o povo desta região é servido pelo Expresso Cariolando, até outro ponto das divisas municipais de Fênix e Barbosa Ferraz.

A empresa faz o serviço de atendimento, apenas no território ferrazense, até Valadão, onde desembarca os passageiros, que irremediavelmente transpõem a pé o restante dos trechos até suas moradas. Os protocolos impedem uma melhor comodidade, porque colocam acima da sensibilidade humana os fatores jurídicos, impecilhos ignóbeis entre a fraternidade universal.

Ora, se o transporte coletivo é considerado atividade de utilidade pública, nada mais justo, coerente e altivo, do que se cassar definitivamente, com embasamento na inadimplência, as concessões das duas empresas faltosas e se permitir a quem realmente vem demonstrando interesse, a condição de melhor servir.

Em Cem Alqueires, Cantinho do Céu e Água do Bagre, como de resto em Ouro Verde e Vila Rica, também uma centena de estudantes se vê, inapelavelmente coagida, a contratar uma condução extra para conseguir freqüentar aulas noturnas.

É, sem dúvida, uma situação calamitosa e até certo ponto, inaceitável, notoriamente no instante em que o Governo Federal está investindo altas somas na erradicação do analfabetismo brasileiro.

Pretende-se com esta justificativa, autorização junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, para que o Expresso Cariolando possa, em extensão, atravessar a linha divisória dos municípios, atendendo "in loco" aqueles que residem nas cercanias do atual ponto final e continuar o percurso até Fênix, com duas opções: uma pelo norte, para usuários de Valadão -

encruzo Cem Alqueires — Água do Bagre — encruzo Cantinho do Céu — asfalto da Rodovia da Hortelã — encruzo da Cooperativa (Coamo), no trevo de acesso à cidade, indo até esta.

Outra pelo setor sul, para usuários de Valadão - encruzo Cel Alqueires - Cantinho do Céu e daí direto ao asfalto da Rodovia da Hortelã e à sede municipal.

Como atenuante, acrescenta-se que boa parte das estradas a serem percorridas, já está cascalhada.

Ainda, como motivação para o abaixo-assinado, destas centenas de famílias, cite-se como preponderante, o sacrifício a que se submetem, em casos de emergência e promoção sanitária de aplicação de vacinas obrigatórias; precisam andar a pé, pelos quase trinta quilômetros que os separa do ponto convergente.

Expostas minuciosamente estas razões, e colocando acima de quaisquer outros interesses, os exclusivos interesses do povo, é crível que, obviamente, observados e respeitados os preceitos legais, possam, a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, vir e analisar acuradamente esta proposição e conceder a permissão colimada."

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como nós pretendemos ouvir a exposição importante e inadiável do nobre Deputado Osvaldo Macedo, nós concluímos o nosso pronunciamento que leva em seu bojo aqui, centenas de assinaturas de trabalhadores de Fênix. E esperamos possa sensibilizar o Sr. Secretário dos Transportes, o Diretor do DER, para que permita à empresa de Barbosa Ferraz, a atender na sua humildade e na sua pequenez, ainda mais com o respeito e a dignidade a esses trabalhadores de Fênix e estudantes, que estão sofrendo por irregularidades do Expresso Maringá e da Empresa Princesa do Ivaí.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto ao Deputado Osvaldo Macedo, se deseja fazer uso dos 10 minutos restantes do horário concedido ao MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação brasileira assistiu estarecida, nos últimos dias, à indicação de novos elementos para responder pelos governos dos Estados.

Por muitos dias, meia dúzia de homens esteve reunida no Palácio do Planalto, para indicar governadores, como se fossem donatários de capitânias hereditárias.

E alguém ainda diz que esses governadores serão eleitos por eleição indireta. Não é eleição indireta, não será, porque tratar-se-á apenas de simples "referendum" da vontade de três generais e dois assessores que se reuniram em Brasília e decidiram, a cada Estado, quem deve governar daqui para frente: o General Ernesto Geisel, o General Baptista Figueiredo, o General Golbery Couto e Silva, e os assessores Armando Falcão e Francelino Pereira. Discutiram secretamente os nomes desses presenteados.

Ocorre que essas cinco pessoas que estiveram reunidas em Brasília, para indicar os Governadores dos Estados, principalmente o Governador do Estado do Paraná, nem eleitores do Paraná são, nem aqui votam. Portanto, não têm direito de dizer a três milhões de eleitores paranaenses, ou a oito milhões de paranaenses, quem deve ser seu Governador.

No entanto, disseram que o Governador do Estado do Paraná será o Sr. Ney Braga e o Senador eunuco do Congresso Nacional - porque os senadores biônicos serão eunucos do Senado - deve ser o Sr. Afonso Camargo Neto.

Tratando-se especialmente de uma Mensagem ao Congresso Nacional, disse que se surpreenderia com a reação que havia tido em todo o País contrária à indicação que ele disse Senador com adjetivos ridicularizantes. E dizia ele, na ocasião, defendendo a sua expúria criação, que a indicação do Senador biônico seria uma forma de fazer com que chegasse ao Con-

gresso Nacional, homens inteligentes, cultos, preparados, mas que não tinham votos.

Mas, nessa hora também eu me lembrei que foi por eleição direta, com o povo votando, que ao Senado da República chegaram homens como Marcos Freire, como Teotônio Vilella e Paulo Brossard. E é pelo processo de eleição indireta, que podem chegar ao Senado Nacional, homens como Cantídio Sampaio e Afonso Camargo Neto.

Veja portanto, esta Assembléia; veja portanto, o Paraná, como o povo é muito mais sábio na escolha pelo voto direto do que meia dúzia de homens, reunidos a portas fechadas em Brasília, ou melhor, três homens com duas assessorias. E indicam, para Governador do Paraná, aquele que sempre pretendeu ser dono do Paraná; aquele que se sente dono da máquina oficial do Estado.

E há uma razão muito especial para isso: é que, hoje, a ditadura não quer mais ter a forma de ditadura e pretendeu assumir um caráter político-partidário. Os homens que estão lá em cima já perderam até a condição de usar o eufemismo de revolucionários para usar uma postura política partidária. E lá em cima, para manter seu poder espúrio e legítimo, eles precisam de safra para os Estados. E passa a ser um círculo vicioso, o poder viciado no Estado a manter o poder viciado no plano federal. O poder viciado no plano federal a manter o poder viciado no plano estadual. E acharam e julgaram eles - eles homens com mais de 60, eles homens por volta dos 70 anos, que o dono dos votos do Paraná, que o dono do prestígio político do Paraná é o Sr. Ney Braga.

Eles se enganam, engana-se o Sr. Ney Braga, se pensa que tem prestígio político eleitoral no Paraná; enganam-se os adutores que assim proclamam. Porque muita gente diz: — Não, ninguém melhor do que o Sr. Ney Braga para ser indicado Governador. Porque já foi Chefe de Polícia, e como Chefe de Polícia, bateu em estudante. Porque já foi Prefeito de Curitiba, levado à Prefeitura pelas mãos honradas de Bento Munhoz da Rocha Neto. . .

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Já foi Governador do Estado, já foi Senador da República com a maior votação que um Senador recebeu no Paraná. Já foi Ministro da Agricultura, mas a agricultura até esqueceu que um dia ele foi Ministro, porque nenhum benefício sentiu no exercício do Ministério.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — E agora foi Ministro da Educação, como paranaense. E, como paranaense, permaneceu 4 anos no Ministério da Educação. E, durante todo este tempo que permaneceu no Ministério da Educação, três das Universidades do interior do Paraná, a Universidade de Ponta Grossa, a Universidade de Londrina e a Universidade de Maringá. . .

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Não conseguiram a sua federalização. Então, é um paranaense que para lá foi e não correspondeu à expectativa da juventude e da população de seu Estado.

Mas digo mais, contesto e nego que o Sr. Ney Braga tenha prestígio eleitoral, sabe por que?

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. OSVALDO MACEDO — Porque a última vez que ele foi eleito Governador foi em 1960, portanto, há 18 anos atrás. Temos hoje jovens que vão votar este ano. Nós podemos lembrar que ele foi eleito Senador com maior votação do Estado em 1966, portanto, há 12 anos atrás. E crianças com seis anos, em 1966, hoje terão 18 anos, e nós sabemos que a população brasileira tem 25 por cento de jovens com menos de 25 anos de idade, ou 60 por cento de jovens, corrijo, com menos de 25 anos de idade.

Nego portanto, que o Sr. Ney Braga seja dono de pres-

tígio eleitoral no Paraná. Mas, um dia, e não vem ao caso nesta hora, que os donos do Brasil se julgaram no direito de impor delegados dos Estados...

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência lamenta informar ao ilustre Deputado que seu tempo já se esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO MACEDO — Mas digo mais, digo a esta Assembléia e digo ao Paraná que temo, e temo muito, pela administração do Sr. Ney Braga. Temo por ele. Temo pela sua família. Temo pelo futuro de seus filhos.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Temo pelo Paraná. Temo porque sei que todo o homem que voltou pela segunda vez a um mandato, a uma administração, saiu mal. E aí estão os exemplos de Lupion, que foi muito bem em seu primeiro governo e saiu mal no segundo. Aí está o exemplo de Ademar de Barros que foi muito bem no primeiro e saiu fugido do País no segundo. Aí está o exemplo de Nixon, que foi muito bem no primeiro e teve que renunciar no segundo.

Eu sei que, agora, sabendo que o Sr. Ney Braga encerrará sua carreira política no Governo do Paraná e que, já vem, com uma outra escola de Governo Federal, terá os seus assessores, sabendo que será a última oportunidade e que talvez seja o Governo do "salve-se quem puder", porque é o Governo de fim de regime, é o Governo do início de uma nova era que estará chegando então.

Pelo Paraná eu temo, e peço apenas e imploro nesta hora, que o Sr. Ney Braga seja mais cioso e mais cuidadoso quando administrar o Paraná, por ele, por sua família e pelo Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Antes de conceder a palavra a Deputados da Arena, no horário que lhe é reservado, esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, nas Tribunas de Honra deste Plenário, do Sr. Vereador Cícero Moreira Feitosa, acompanhado pelo Sr. Deputado Valter Pietrângelo, do Município de Fênix.

Esta Presidência consulta a Liderança da Arena, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Ocupará a tribuna, Sr. Presidente, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Atentamente ouvimos as ponderações dos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, quando censuram a indicação ao Governo do Estado, do Sr. Ney Braga.

Nós, como fazemos parte do Partido que há de ser o vencedor, principalmente no Paraná, não podemos admitir, não podemos ficar passivos, escutando baboseiras, quando é atacada uma figura do gabarito do eminente Ministro Ney Braga, quando é atacada a figura do homem que mais estradas deu ao Paraná, que é o grande Governador Jayme Canet Júnior, a figura do homem que olhou para a educação, para a saúde deste Estado, a figura de Ney Braga que, como Prefeito de Curitiba com o voto popular desta terra generosa, como candidato depois, a candidato federal com uma maioria esmagadora, venceu as eleições neste Paraná, e que depois veio, para salvar o Paraná do caos, depois veio, para sanar as barbaridades que aconteciam no Paraná: um Banco do Estado sob intervenção federal; um Governo que não pagava os seus funcionários; então veio Ney Braga trabalhando diuturnamente em benefício de sua terra e de sua gente, para sanar e dar um novo estilo de política, da política jovem desses jovens paranaenses de boa vontade que estão aí, que hoje aplaudem a indicação do nobre e eminente Ministro Ney Braga para o Governo do Estado.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — V. Ex.^a permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado Gabriel Manoel, nós

ouvimos as palavras do Deputado Osvaldo Macedo. Ele tem o direito de espernear e dizer o que bem entende. Mas, o Paraná sabe e nós sabemos que nada do que o Deputado acabou de esbravejar da tribuna é verdade. E, contestar a liderança de Ney Braga no Paraná, é bater no vazio.

Com relação às palavras do Deputado, a respeito da família de Ney Braga, eu digo à Casa, sabe o Paraná, sabe a Casa, que eu sou parente de Ney Braga, com muito orgulho. E digo e repito que sou parente de Ney Braga e espero que o nobre Deputado também tenha orgulho da família a que pertence. Eu estranhei profundamente as palavras do Deputado, quando se referiu à família de Ney Braga, mas não levo em conta, porque o Paraná inteiro conhece Ney Braga e sua família. Não mereceria da minha parte, nem resposta às palavras injuriosas que o Deputado acaba de proferir, à pessoa de Ney Braga, e à sua família, e eu lastimo profundamente, o que acabo de ouvir nesta Casa nas palavras deste Deputado.

Não merece de minha parte e acredito, que do Paraná inteiro, uma resposta sequer.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Tenho a dizer que não se atiram pedras a uma árvore que não tem frutos.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Concederei, com a mesma quantidade de tempo que V. Ex.^a me concedeu.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Nobre Deputado, evidentemente que a interpretação dos familiares de Ney Braga, naturalmente não foi a mais correta dada pelo Deputado Fabiano Braga Cortes. Quero crer que o nobre e ilustre parlamentar Osvaldo Macedo, quando se referiu aos familiares de Ney Braga, se referiu a nós todos, a nós todos paranaenses, que pertencemos à grande família arenista do Paraná. A nós todos que o recebemos com muita satisfação - as críticas e os ataques naturais, a exemplo deste que ouvimos do nobre Deputado Osvaldo Macedo, como de tantos outros Deputados da Oposição.

Imagine só, Deputado Gabriel Manoel, quão grande seria o nosso desespero neste momento, se víssemos retornar ao Governo do Estado, nós que fôssemos da Oposição, um homem que é garantia de sucesso na administração pública e evidentemente garantia de sucesso nas urnas. É compreensível, a preocupação dos parlamentares do MDB. E mais ainda, acredito e para que fique registrado, somente discordo que Ney Braga seja dono do Paraná, por motivos: na administração pública, os homens públicos administradores, realizam, edificam mas não são proprietários das suas obras. Caso contrário, realmente o parlamentar, Ney Braga seria realmente o dono do Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço o seu aparte e peço vênia, nobre Deputado e, complementando o seu raciocínio, quando Ney Braga tumultuava naquela época pelos pelegos de João Goulart, que era grande Governador e que era grande defensor do povo paranaense, nós pertencíamos ao Partido Trabalhista Brasileiro, como Prefeito de Joaquim Távora, continuamos a pertencer àquele partido, naquele partido do lado bom, e continuamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Prefeito, a vir a Curitiba, pedir a S. Ex.^a o Governador do Estado, não de chapéu na mão, mas pedir ao Governador Ney Braga, benefícios para nossa terra, e para nossa gente e lá estão os canos de água de toda a rede de água de Joaquim Távora. Lá está a rede de energia elétrica doada pelo Governo Ney Braga a Joaquim Távora, com extensão até o Município de Guapirama, dada pelo ilustre Governador então, Ney Aminthas de Barros Braga, sem procurar imiscuir-se em política, olhando só para a administração do seu Estado. Era assim que Ney Braga dirigia os destinos deste glorioso pedaço da Federação Brasileira. E como Senador que foi...

O Sr. Osvaldo Macedo — Sr. Deputado, o Sr. permitiria, apenas, que eu esclarecesse um ponto...

O SR. GABRIEL MANOEL — Como Senador, Ney Braga venceu as eleições, tranqüilo, porque o povo estava, como está, com ele. E, como Governador, em eleição popular, venceria as eleições, porque o povo paranaense, é um povo essencialmente cristão. O povo paranaense é a juventude paranaense, sabem discernir o joio do trigo; sabem separar os homens que deram de si para sua terra e sua gente, como disse eu. É por isso que a fé e a esperança reina no olhar das crianças, dos jovens e dos adultos de barbas embranquecidas, de cabelos encanecidos porque sabem que foi com Ney Braga e sabem que fez uma administração honesta, honrada e de pulso firme.

Então, sem procurar bajular essa eminente figura paranaense que deveria ser o orgulho dos Deputados, principalmente, porque naquele momento, quando a Nação emergia para o caos, Ney Braga foi estandarte do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Ex.^a me permite...

O SR. GABRIEL MANOEL — ... que conduziu o Paraná para as águas tranqüilas deste querido Brasil. E é assim que V. Ex.^a vem pagar o seu tributo ao homem que deu tudo ao Paraná; ao homem que V. Ex.^a sabe, perfeitamente, que poderá ser a derrota do Partido de V. Ex.^a e a vitória do nosso.

Mas isto não nos cabe culpa e nem cabe culpa ao eminente, ilustre paranaense lapiano, Ney Amínthas de Barros Braga, que há de receber V. Ex.^a, como Deputado, no Palácio, de braços abertos, e todos quantos filhos dessa bancada gloriosa do Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 538/77, de autoria da Comissão Especial de Reforma à Constituição, proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Senhores Deputados Fidélcio Tolentino e Valter Pietrângelo, acrescentando artigo 157, com redação que especifica, ao Título V, das Disposições Gerais e Transitórias da referida Constituição. Com parecer e Substitutivo da Comissão Especial, em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu não gostaria de encaminhar a votação da emenda à Constituição do Estado, proposta pelos nobres Deputados Fidélcio Tolentino e Valter Pietrângelo, com apoio de número regimental dos Srs. Deputados, porque não vou participar da sua votação, Sr. Presidente. É um direito que, regimentalmente, assiste a qualquer membro deste Poder, como eu fiz na tarde de ontem.

Mas, devo uma explicação, principalmente, ao funcionalismo público do Estado que eu tanto prezo pela contribuição inestimável que eles dão à administração pública. Todos sabem

do sacrifício, da luta, da baixa remuneração do funcionalismo, mas conhecem também a sua dedicação, graças a qual a máquina do Estado realmente funciona. E devo esta explicação, porque a imprensa que também eu tanto prezo e respeito, distorceu o meu comportamento na apreciação desta matéria, talvez mal informada, dizendo que eu havia obstruído a votação, porque eu tinha interesse em ver a minha proposição aprovada, o que realmente não é verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por uma questão de ética parlamentar é que eu me retirei do plenário ontem. Porque no dia 29 de agosto de 1977 apresentei projeto de lei, contendo matéria idêntica à emenda constitucional que ora a Casa aprecia, justificando que o projeto de lei apresentado era de indiscutível sentido de justiça a todo o funcionalismo de nosso Estado, pois tratava-se de um critério legal plenamente acolhido pelos preceitos constitucionais que versam sobre essa matéria, contida nas Constituições do Estado e da União. E historiei que anteriormente à Constituição de 67, o funcionalismo público havia sido admitido sob um regime de trabalho que era de 30 anos para o homem e 25 anos para a mulher. E, depois, inexplicavelmente a Constituição de 67 aumentou em cinco anos o tempo necessário à aposentadoria do funcionalismo público da União, em consequência dos Estados e dos Municípios, a meu ver numa flagrante injustiça, porque a lei retroagiu em prejuízo do funcionalismo.

E o meu projeto visava tão somente e visa tão somente corrigir essa injustiça, sem nenhum objetivo eleitoral, razão pela qual eu me neguei e não vou votar a emenda constitucional.

Porque em três Estados da União, em três Legislativos votou-se medida idêntica: Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina. Nos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina, os respectivos Governadores acataram a medida legislativa. Entretanto, o Governador de São Paulo, no seu entendimento considerou invasão de atribuições e representou contra o Poder Legislativo de São Paulo. A matéria está "sub-judice", sem nenhum benefício concreto para o funcionalismo daquele Estado.

E aí, todos sabem o tempo das demandas judiciais. Ainda está no Tribunal de Justiça de São Paulo a representação do seu Governo, datada de 1975. São três anos, e ainda o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não apreciou a matéria.

Baseando-se nesse exemplo, quando esta Casa votou em terceiro turno o meu projeto de lei, votou por unanimidade, e diga-se de passagem, porque é o desejo de todos os Deputados indistintamente, de corrigir essa injustiça.

Eu solicitei à douta Comissão Executiva que sustasse, que protelasse a tramitação do projeto, para que em entendimentos com o Sr. Chefe do Poder Executivo buscasse uma solução que fosse realmente, em benefício, que viesse realmente, em benefício do servidor público estadual.

Porque de nada adiantaria a esta Casa, aprovar projeto de lei, de nada adiantaria à Comissão Executiva remetê-lo à apreciação, à sanção governamental, se de lá ele viesse vetado. Nós sabemos que esta Casa não tem condições, porque a bancada do Governo nesta Casa, deve, num sentido de fidelidade, porque quem dá apoio, quem dá sustentação legislativa às medidas governamentais, é a bancada da Arena, e que jamais iria aprovar um veto.

Então, a medida, se nos afigurou na oportunidade, como meramente eleitoreira, se eu deixasse a Casa a apreciar a Redação Final e remeter à sanção do Sr. Governador.

E não era este, o meu objetivo. Dos entendimentos com o Sr. Chefe do Executivo, e é uma das razões que eu, também ocupo a tribuna nesta tarde, que a imprensa afirmou hoje a todo o Paraná, que o Sr. Governador teria assumido compromisso com este Deputado, de sancionar o projeto de minha autoria. Não é verdade. Estive realmente, em entendimentos com o Sr. Governador do Estado, que mostrou interesse em ver a

medida concretizada, porque também considera justa, a matéria contida no projeto de lei que a Casa está apreciando.

Mas, objetou-me S. Ex.^a na oportunidade, do precedente que abrir-se-ia com a sanção governamental, a matéria de exclusiva iniciativa do Poder Executivo. E prometeu-me na oportunidade que determinaria consulta aos governos de Santa Catarina e Minas Gerais, para inteirar-se da realidade sobre a matéria. E que, então, também vetaria o projeto de nossa autoria, mas que mandaria mensagem, capeando o anteprojeto de lei, que atenderia, perfeitamente, os nossos objetivos e os objetivos dos Srs. Deputados, e o interesse do funcionalismo público do Estado. Por uma questão de ética parlamentar, eu mantive-me em silêncio, quando de forma deselegante, fui quase que agredido verbalmente, pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que eu muito prezo e respeito nesta Casa. E soube que foi S. Ex.^a quem forneceu à Imprensa, informações errôneas a respeito da minha conduta.

E quando eu disse, por uma questão de ética, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é porque eu não queria usar de um argumento de sigilo. O meu projeto, é da data de 29 de agosto de 77, a emenda do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, foi copiada do nosso projeto. S. Ex.^a está aqui desde 74 e nunca lembrou-se que o funcionalismo está sendo injustiçado pela Constituição de 77.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. O eminente Deputado Erondy Silvério, com quem eu tenho mantido constante diálogo, não está no meu entendimento, tratando com a mesma cordialidade e respeito, com que eu sempre tratei, e vou procurar tratá-lo, conquanto ele se insurja contra minha pessoa. E é neste sentido que eu faço um apelo ao Deputado, que é inverdade o que ele está dizendo. Só para me posicionar, e depois peço que V. Ex.^a me inscreva no encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência atende a Questão de Ordem, mas também não entende, que o Deputado da tribuna, Erondy Silvério, esteja faltando com a ética parlamentar, principalmente, com referência ao Deputado Fidelcino Tolentino. Retorno a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a V. Ex.^a.

Era exatamente isso que eu ia dizer, não estou faltando com a ética, eu usei de toda ética, e o respeito e a consideração que nutro pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, porque vejo em S. Ex.^a homem pleno de idealismo, um homem cujas matérias nesta Casa, sempre consulta o interesse público; um homem lutador, valente, batalhador, daqueles parlamentares que honram qualquer casa de leis. Apenas S. Ex.^a é que distorceu a nossa posição nesta Casa. Forneceu à imprensa, informações errôneas a respeito da nossa conduta que tão somente por uma questão de ética e respeito nos recusamos a participar da votação, o que nos é permitido pelo Regimento Interno desta Casa. Mas, S. Ex.^a após ver a minha matéria, tramitando nas comissões é que se lembrou que o funcionalismo estava injustiçado.

Todos sabem que em 74, eu não fui reeleito. Fiquei dois anos fora desta Casa, tempo suficiente para que o nobre Deputado procurasse, através desta emenda que eu acho excelente, corrigir essa injustiça que a Constituição de 67 praticou contra o funcionalismo.

Eu não queria realmente, Sr. Presidente, mencionar este fato que é desagradável. Não queria manter polêmica sobre o assunto. Não vou votar a matéria, porque entendo que se ela foi aprovada por esta Casa e houver representação por parte do Sr. Procurador do Estado, contra a validade ou não da maté-

ria, o prejudicado será o funcionalismo. Então eu prefiro manter no terreno dos entendimentos harmoniosos com o Poder Executivo, a fim de que o funcionalismo seja realmente beneficiado. Não vou polemizar com o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, porque o respeito, como cidadão decente, como excelente parlamentar. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez me decepção com o posicionamento pessoal do Deputado Erondy Silvério. Porque ele se diz cioso no interesse do funcionalismo público que é louvável. Diz que preza o funcionalismo mas não vota a emenda. Que foi agredido verbalmente por este Deputado, o que não constitui verdade.

Quando soube dos cochichos que circulavam dentro desta Casa, fui ter com o Deputado. Fui dialogar com o nobre Deputado, no sentido exato de promovermos o entendimento de levarmos a efeito uma proposta de emenda constitucional. O Paraná inteiro sabe que eu, graças a Deus, felizmente, não preciso estar fazendo cópia não de projetos de S. Ex.^a mas de projetos de nenhum outro Deputado, sem querer aqui menosprezar a capacidade de quem quer que seja. Por que a minha posição nesta tribuna, neste Parlamento e na minha própria vida profissional, tem sido pautada com independência e modéstia à parte e com humildade, baseada nos estudos acurados que tenho procurado fazer, e não venho fazer minha defesa. Apenas para que esta Casa tenha também o registro do meu posicionamento. E eu me penitencio por ter que vir a esta tribuna, para me colocar, me contrapor ao que o Deputado Erondy Silvério disse daquela tribuna.

É que, há mais de três anos tenho instado o Sr. Secretário de Recursos Humanos, pessoalmente e através de gestões, públicas e naquela Secretaria, com relação a este caso e ele propôs um projeto de emenda. E esta Casa tem nos Anais meu posicionamento a respeito desta questão. Não foi copiando. Aliás, não imaginava que ele tinha projeto desta natureza. Porque V. Ex.^{as} se lembram que eu fiquei adoentado, ausente desta Casa 3 meses no ano passado, justo naquela época. E não é justo que o Deputado venha assacar contra a minha pessoa.

Daí a minha mágoa. Mas não me furto ao dever, sempre, de corrigir as interpretações que possam criar dúvidas e polêmicas no meio do funcionalismo público, na própria aplicação das normas que aqui se editam neste Parlamento.

E foi com este objetivo que eu mesmo propus e S. Ex.^a admitiu emendas ao seu projeto de lei ordinária. Mas a nossa proposição se trata de uma emenda constitucional que não visa buscar a sanção do Sr. Governador do Estado que não tem nenhuma disposição de sancionar seu projeto, como V. Ex.^a mesmo disse.

A minha proposição é emenda constitucional e está imune da sanção do Sr. Governador, porque este ainda é um Poder e pode levar a efeito as emendas constitucionais, até porque a própria Constituição permite a iniciativa de modificações constitucionais, desde que obedeça os parâmetros e preceitos constitucionais.

É lamentável. E saio boquiaberto desta tribuna, porque não houve distorção dos fatos. Não tenho culpa que a imprensa tenha ouvidos apurados e finos para ouvir diálogos malbaratados. Fui mal interpretado e lamento e me penitencio por ter sido mal interpretado.

É a primeira vez que isso ocorre, nesta Casa, com a minha pessoa, especialmente. Não é frustração. É uma lição que acabo de receber. Uma lição de que, a cada homem corresponde um tipo de diálogo.

E eu quero colocar aqui que a Constituição do Estado, de 8 de maio de 1968, passou a exigir 35 anos de exercício para homens e 30 para mulheres, para lhes permitir aposentadoria.

Havendo assim, um acréscimo de 5 anos, respectivamente,

para conseguir a aposentadoria.

A Constituição de Minas Gerais, no Artigo 122, assegurou a contagem proporcional a seus funcionários. Sendo a pioneira nesse sentido, daí o apelido de "Emenda Mineira".

E este Deputado, buscando e rebuscando, na Câmara Federal elementos para propor esta Emenda Constitucional. Não foi copiando. Felizmente, não preciso estar fazendo cópias.

A Emenda Mineira somente foi regulamentada em 13 de dezembro de 1968, através de uma lei estadual.

O que buscamos, num diálogo com o Deputado, foi exatamente esclarecer, se poderia ser obstruída a sua proposição, através do Judiciário; se poderia surgir polêmica na aplicação de uma lei ordinária, não havendo dispositivo constitucional em nosso Estado.

E aí é que está a interpretação correta.

Entendam como quiser.

A regulamentação, dizia eu, como esta lei proposta e aprovada por este Parlamento — cuja bancada da Arena, com honrosas ressalvas, reluta em não querer aprovar. Por quê? Porque, o Sr. Governador se manifestou contra?

Buscando subsídios em Santa Catarina e Minas Gerais, e como o Paraná, segundo as propagandas governamentais, é um Estado novo. Este Estado é realmente um Estado novo das priscas eras que antecederam a 1945.

Ambas as proposições se completam. Tendo sido modificado o sistema de tempo de aposentadoria pela Constituição Estadual, somente através de emenda à Constituição este direito poderá ser restabelecido.

E a lei ordinária, já aprovada, bastando ser sancionada será de muita valia, e reguladora da matéria, pois fará parte do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Aprovada a presente proposição, sancionada a lei ordinária, a legislação de nosso Estado servirá de modelo para outras unidades federativas, pois até mesmo São Paulo que já adotou, não conseguiu dar amplitude que tão logo poderia alcançar, ao esquecer a emenda Accioly Filho, contida no artigo 177, Parágrafo 1.º, da Constituição Federal de 67, em que o direito e vantagens da legislação anterior, com relação às aposentadorias, iriam até 15 de março de 1968. Isto, o Paraná deve a este eminente Senador, que o partido a que ele pertence, está marginalizando.

As Constituições de São Paulo e Minas por si só, dado à pujança destes Estados autorizariam a aprovação da matéria que hoje está em discussão, novamente em primeira discussão.

Mas, a falta de coragem de determinados homens para se manterem num acordo de cavalheiros e no posicionamento adotado através da liderança, alteram as suas posições e colocam em dúvida a nossa respeitabilidade a respeito de seu comportamento. Exemplo disso, dessa falta de coragem e determinação, tem sido, também, em nosso Estado, aquela representação de inconstitucionalidade que trata o artigo 70, Inciso segundo, da Constituição do Estado, que está sendo objeto de demanda judicial, de representação que o eminente Procurador da República propôs ao Ministério da Justiça, criando mais um óbice ao funcionário público, com relação aos adicionais depois dos 30 anos de serviço, aos cinco por cento de cada ano, após os 30.

E isto o funcionário público há de ter mais uma vez, como notícia. E quero informar aos Deputados desta Casa, que em composição com um Deputado da Arena, estamos a examinar uma proposição para que se restabeleça no Estado, a chamada sexta parte, que antigamente era chamada de quarta parte. E também estes adicionais que estão sendo objeto de litígio judicial, haverão, pela nossa proposição, ser colocados no Estatuto do Funcionário Público para lhe trazer benefício.

Deixo registrada esta matéria para que depois não venham a dizer que estamos a copiar. Todavia, o ponto básico, Sr. Pre-

sidente, é o que reside no particular aspecto da justiça. Quem foi admitido a trabalhar, por 25, 30-anos de serviço, não pode ser obrigado a permanecer até os 30 e 35 anos, para homens e mulheres, respectivamente, quando já estavam na metade do caminho para aposentadoria. Como bem analisou o relator da Comissão Especial, o eminente Deputado Maurício Fruet.

Aprovada esta emenda, nenhuma preocupação mais poderá ter o funcionário público, a não ser que S. Ex.ª faça outra representação de inconstitucionalidade, para colocar dúvidas, incertezas no direito que o funcionário público irá adquirir, tenho absoluta confiança, com a emenda constitucional.

O que se faz, Sr. Presidente, é realmente uma manobra para que, concluindo, Sr. Presidente, o funcionário público, sob a pecha de ser protegido, ele passe a ser prejudicado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Lamentavelmente, quando se deveria debater, nesta Casa a legalidade e o mérito de uma proposição, nós temos que vir à tribuna e contemplar na tribuna, os Deputados focalizando o assunto no aspecto eleitoral.

Com referência à legalidade, Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, é claríssimo.

A emenda constitucional que propus, juntamente com o Deputado Fidelcino Tolentino, sob o aspecto da privacidade da competência do Governador para iniciar o processo legislativo destas proposições, é de se ressaltar que ela está restrita realmente, ao âmbito das leis ordinárias. E essa emenda constitucional na forma do artigo 24 da nossa Carta, ela pode ter o seu andamento normal, até a prorrogação, pela Mesa desta nossa Casa, desde que, na sua proposta ela contenha a assinatura de 1/3 dos seus membros.

Quanto ao mérito da Proposição, Srs. Deputados, discutir, para que, se todos nós compreendemos o alcance do bem que ela proporciona ao funcionalismo público do nosso Estado? E nem haveria o porquê tentarmos, desta tribuna, sensibilizar os eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional, porque a motivação que os leva a respeitar a Proposição é que é amplamente eleitoral.

Ciscar daqui, Srs. Deputados, na constitucionalidade da matéria, no mérito da proposição, no benefício que ela trará ao funcionalismo público, o benefício e a justiça?! Não é importante que a proposta vá beneficiar o funcionalismo, e seja legal, é fundamental, que, ela agrade ou não, Sua Excelência o Chefe do Poder Executivo, a presidir uma manobra mal cheirosa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma manobra de incrível irracionalidade quando se vê os Srs. Deputados da ARENA a permitirem que este Poder, que já não tem mais quase poder, possa descer a tal grau de subserviência, para atender as manobras eleitoreiras do Sr. Governador.

Srs. Deputados: nós recebemos, bem antes do dia 27 ou 19 de agosto quando o Deputado Erondy Silvério propôs um projeto de lei, a visita de amigos que nos alertaram para a proposição desta emenda. Nós tivemos o cuidado de formular um expediente ao 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e tenho quase a certeza, Srs. Deputados, que, nós remetemos este expediente, bem antes da proposição do projeto do nobre Deputado Erondy Silvério.

Enviamos este ofício à Casa de Leis de São Paulo, ao Sr. 1.º Secretário, solicitando a cópia da emenda proposta, as justificativas, os pareceres das Comissões competentes, e, recebemos, posteriormente, o material; estudamos este material que nos veio da 1.ª Secretaria do Estado de São Paulo da sua Assembléia Legislativa, e, em seguida nós nos entendemos com o Deputado Fidelcino Tolentino e, com surpresa, fomos saber que ele já esta-

va, há tempos, inclusive mantendo diálogo com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos para que se propusesse a matéria legislativa que atualmente nós discutimos.

Pois bem, Senhores Deputados, evidentemente que o Deputado Erondy Silvério não falou a verdade quando afirmou que o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que tem tido uma postulação brilhante em defesa dos interesses do funcionalismo público deste Estado, além da sua atuação em diversos setores. Não podemos absolutamente aceitar a afirmativa do nobre Deputado da Arena, quando nós propusemos a emenda constitucional neste Plenário, — é que com surpresa fomos saber de que havia um projeto de lei proposto pelo nobre Deputado.

Eu, pelo menos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, fiquei sabendo da existência da matéria do Deputado Erondy Silvério quando fui buscar a sua assinatura para apoio à essa nossa emenda e ele me informou da existência da sua matéria.

Então vejamos V. Ex.^{as} como o Deputado se enganou, faltou com a verdade ao ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — As palavras do Sr. Deputado Valter Pietrângelo são injuriosas. Na verdade é mentiroso, porque eu não menti. Vejam a data do meu projeto e a data da emenda. O Deputado que está na tribuna é que é mentiroso. Eu não sou mentiroso.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Faltou com a verdade outra vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, por um questão de ordem, pode constatar, através da assessoria, que realmente existe um projeto de lei que já foi debatido pelo Deputado Erondy Silvério, anterior a esta proposição do Deputado Valter Pietrângelo e Fidelcino Tolentino. Mas a Presidência encarece aos Senhores Deputados, de que se mantenham na tribuna e discutam a matéria cordialmente, com todo o respeito que este plenário merece dos Senhores Deputados.

Retorna com a palavra, o Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Senhor Presidente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, com a palavra, o Sr. Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com o mesmo direito, a minha educação nem permitiria que eu viesse novamente me colocar nesta polêmica que me agasta.

Entretanto, mais uma vez, Sr. Presidente, por uma questão até de ordem, eu afirmei da tribuna que já tinha tido vários contatos com o Secretário de Recursos Humanos, muito antes e tem inclusive documentos escrito nesta Casa. Entretanto, eu acho nobilíssima a postulação do nobre Deputado e tanto é verdade que esse projeto, que a emenda constitucional, veio ter a junção e a colaboração desse Deputado, justamente porque o eminente Deputado Valter Pietrângelo que queria propor a emenda, viu que nós estávamos trabalhando nesse propósito há muito tempo, e foi por isso que nós fizemos em conjunto a matéria, para não haver quebra de ética e de colaboração entre os Senhores Deputados. Posteriormente nós viemos saber, quando já estava em plenário e é por esta razão que está sendo injusto o Deputado Erondy Silvério, porque ele conhece o meu caráter, conhece a minha personalidade, o meu comportamento aqui e sabe que jamais eu iria fazer uma coisa dessas. E tanto é verdade que eu não faltei com nenhuma posição em homenagem ao Deputado, porque foi quem fui buscar para ser o Presidente da Comissão e ele aceitou, e só depois de 2 meses é que ele recusou e não quis votar a emenda.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Deputado, nós tivemos o cuidado de estudar as circunstâncias legais e meritórias

da matéria. Tanto é que fomos, solicitamos da Assembléia Legislativa de São Paulo, que já havia proposto um estudo ampliado da questão que nos servissem, digo, que nos enviassem os documentos a que nos referimos.

E, o Deputado Fidelcino Tolentino, por sua vez, recebeu material de Minas Gerais, Santa Catarina e outros Estados e esse nosso cuidado, Srs. Deputados, para elaborar uma emenda constitucional quase que perfeita, ficou comprovado quando nós fomos examinar o projeto de lei do eminente Deputado Erondy Silvério, e observamos que seu projeto carecia de aprimoramento. Tanto é que pedimos vênias àquele Deputado, para propormos um substitutivo ao seu projeto; um substitutivo que foi a cópia integral, de inteiro teor, da emenda proposta por mim e pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino. E vejamos V. Ex.^{as}, que o eminente Deputado Erondy Silvério aceitou a nossa proposta, aceitou o nosso substitutivo, ao seu projeto e aplaudiu, inclusive, o substitutivo, porque o seu foi mal formulado, careceu de pesquisa, de estudo, de debate, de um cuidado mais apurado.

Srs. Deputados, quando o Deputado Erondy Silvério afirma que tanto preza o funcionalismo público, ora, prezar o funcionalismo público, é defender as matérias de seu interesse.

Será que prezar o funcionalismo público é, simplesmente, fugir da votação de uma matéria de interesse fundamental?

Eu acho que o Deputado Erondy Silvério propôs mal sua argumentação; a sua negação de voto é, realmente, um desprestígio, um desprezo ao funcionalismo público.

Ética, Srs. Deputados, ética é estar ao lado do povo, dentro da lei, dentro da justiça, dentro da ordem, dentro do mérito. O Deputado não está tendo ética porque não está ao lado do funcionalismo ao recusar-se votar uma matéria de inteira legalidade e de inteiro mérito.

Srs. Deputados a atitude do Sr. Governador Jayme Canet deve ser, inclusive, repudiada por este Poder.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Ex.^a, Sr. Presidente, o Deputado não pode, na sua oração, dirigir-se a mim, pessoalmente, dizendo que eu não tenho ética, que sou contra o funcionalismo público.

O Deputado que está na tribuna, é demagogo; usa a demagogia em todas as oportunidades; eu posicionei a minha atuação neste projeto, na Casa. Não admito, Sr. Presidente, que as ofensas diretamente dirigidas a mim, sejam registradas nos Anais, porque se não, Sr. Presidente, eu tenho que tomar outra atitude, eu tenho que ir lá e pregar a mão no ouvido desse safado. É o que devo fazer; não tem outro caminho, Sr. Presidente. Ou V. Ex.^a põe ordem nesta Casa, ou isto vira bagunça.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência atende à questão de ordem, do Deputado Erondy Silvério, e conhecendo, perfeitamente, o espírito democrático, o espírito de bondade do Deputado Valter Pietrângelo, encarece ao mesmo que se, realmente; entendeu que, de uma maneira ou de outra, ofendeu o Parlamentar Erondy Silvério que, antes de deixar essa tribuna, porque seu horário já está esgotado, procure uma maneira para que, retorne à sua cadeira com aquele diálogo que sempre manteve com o Deputado Erondy Silvério.

É um apelo que esta Presidência faz ao Deputado Valter Pietrângelo, que eu considero um dos bons amigos e bons companheiros desta Casa de Leis. Devolvo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Vou concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, mesmo porque o tempo já está se esgotando. Eu quero dizer a V. Ex.^a que agradeço a sua exortação e lhe afirmo que estou absolutamente tranqüilo, porque eu estou falando a verdade. E é claro que jamais eu teria o atrevimento, a ousadia ou sei lá que termo usar, para dizer ao Depu-

tado Erondy Silvério o que ele acabou de formular ao microfone. Porque eu acho isso uma temeridade, Sr. Presidente.

Afinal de contas existe o diálogo, nós somos inteligentes e podemos disputar na verberação, sem o desforço físico que eu não acho conveniente a ele, Sr. Presidente, como não acho conveniente a homem nenhum. Ora, Sr. Presidente, até uma criança pode apagar a vida de um gigante. Para isso a tecnologia já inventou coisas mais avançadas de se agredir aos outros. Eu espero que o Deputado Erondy Silvério compreenda as minhas palavras porque nós também, quando ele agrediu o Deputado Tolentino ele agrediu a mim, porque eu sou co-autor. Eu também propus a matéria. E não é a demonstração de coragem dele, de valentia que vai absolutamente calar minha voz, ou vai mudar a minha argumentação. Ele que tire o cavalo da chuva!

Sr. Presidente, concluindo Sr. Presidente, eu apenas quero observar que esses dias eu estava a ler o órgão oficial do Conselho de Representantes dos Professores do Estado e me surpreendi ao encontrar naquele jornal quase meia página, Sr. Presidente, mostrando a emenda constitucional proposta por nós e o Deputado Fidelcino Tolentino. E qual foi a minha surpresa, quando vi no noticiário do jornal que aquele órgão de imprensa dizia que a emenda era de autoria do Deputado Erondy Silvério.

É claro Sr. Presidente, que eu não vou pré-julgar, afirmar que foi o eminente Deputado Erondy Silvério que enviou a matéria para aquele jornal. Mas se assim o foi, Sr. Presidente, quem é o demagogo, Sr. Presidente? Quem é o artista?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Como é que o Deputado pode pressupor que eu tenha enviado a matéria se eu nem conheço a existência desse jornal?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não estou pressupondo, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Ex.^a está afirmando ao final, V. Ex.^a diz nas entrelinhas as coisas. V. Ex.^a é agressivo; V. Ex.^a não respeita os seus colegas nesta Casa. Eu quando me dirigi ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino nem citei o nome de V. Ex.^a. E não o ofendi, não chamei de mentiroso, não chamei de nada. V. Ex.^a está me chamando de mentiroso; de demagogo, de safado. Mas V. Ex.^a não tem autoridade moral para se dirigir comigo nestes termos. Eu conheço a vida de V. Ex.^a, sei quem é V. Ex.^a. V. Ex.^a não tem autoridade moral para se dirigir a mim nestes termos. Eu não sou mentiroso.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — O Deputado está faltando com a verdade outra vez, eminente Presidente, ao dizer que eu não tenho moral, Sr. Presidente. Mais uma falta com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência dá por encerrada a presença do Deputado Valter Pietrângelo, na tribuna, vendo que passou já mais de três minutos do seu horário.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente. Eu tinha umas coisinhas interessantes ainda a dizer, Sr. Presidente, mas lamentavelmente... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação a proposição, o substitutivo melhor dizendo. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, em data de ontem, a Casa aprovou requerimento de um dos autores do projeto, no sentido de que a votação em seu primeiro turno, seja nominal. Como não houve "quorum" ontem, para deliberar, acredito que V. Ex.^a cientificado agora desta decisão da Casa, faça a cumprir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência atende com satisfação a Questão de Ordem do Deputado Muggiati Filho, e determina ao Sr. 1.º Secretário, Jayme Carvalho, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. Ezequias Losso — (Pela ordem). Considerando que muitos Deputados podem estar em seus gabinetes de trabalho, solicitaria as providências de V. Ex.^a no sentido de que fosse acionado o dispositivo dissônico, para que pudessem ser alertados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — (Faz soar os tímpanos).

O SR. SECRETÁRIO — (Inicia a chamada).

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente. Tenho a impressão de que me manifestei mal, eu quis dizer que deve ser procedida a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Houve um equívoco desta Presidência, e pediríamos escusas ao Deputado.

Os Srs. Deputados quando da chamada nominal, que queiram aprovar a proposição e o substitutivo, queiram se manifestar com a palavra "sim", aqueles que queiram votar contra a matéria, queiram se manifestar com a palavra "não".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

Ernesto Gnoato - SIM; Accioly Neto - SIM; Alfredo Guillin - NÃO; Antônio Facci - SIM; Edilson Alencar - SIM; Enéas Faria - SIM; Ernesto Dal'Oglio - SIM; Ezequias Losso - NÃO; Fuad Nacli - SIM; Gabriel Manoel - SIM; Gabriel Sampaio - SIM; Jayme Rodrigues Carvalho - SIM; Jorge Sato - SIM; Lineu Turra - SIM; Maurício Fruet - SIM; Muggiati Filho - SIM; Nelson Buffara - SIM; Nilso Sguarezi - SIM; Valter Pietrângelo - SIM; Waldenício Barbalho - SIM; Werner Wanderer - NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 18 Srs. Deputados votaram "SIM" e 3 votaram "NÃO". Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberações.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características que especifica. Parecer favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Jorge Sato, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Especial, formada por cinco Senhores Deputados, para representarem esta Casa nas comemorações alusivas ao 31.º aniversário do Município de Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do DER, encarecendo providências no sentido de regularizar e expandir linhas de ônibus intermunicipais nos Municípios de Fênix e Barbosa Ferraz. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao INCRA, reiterando apelo no sentido de que sejam ultimados os trabalhos necessários para que possam ser aprovados os loteamentos urbanos de Alvorada do Oeste, Cielito e Cerro Azul, no Município de Cascavel.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Sr. Presidente, em razão da discussão que tivemos com o nobre Depu-

tado Erondy Silvério, que é "useiro e vezeiro", nesta Casa, em assacar ofensas pessoais, queremos merecer de V. Ex.^a a fineza de preservar a gravação de nosso pronunciamento, com as devidas, ou indevidas, interferências dos Srs. Deputados, bem como a participação de V. Ex.^a e a fidelidade das notas taquigráficas, para que pudéssemos estudar a possibilidade de representar judicialmente contra o nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Requer o nobre Deputado Valter Pietrângelo uma cópia das notas taquigráficas?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não, Sr. Presidente. Eu queria que V. Ex.^a garantisse a preservação da fidelidade das notas taquigráficas e a gravação da parte que mencionei, para que pudéssemos, depois, examinar a possibilidade de representar judicialmente contra as atitudes ofensivas do eminente Deputado Erondy Silvério, que, de forma ampla, tentou denegrir a nossa pessoa, e muito mais ainda, até a própria postura da Casa que deve receber de seus integrantes uma conduta superior, digna e, sobretudo racional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência atenderá o pedido de V. Ex.^a.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Folha de Londrina", da cidade de Londrina, que hoje comemora o seu 30.^o aniversário. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que se digne determinar as providências visando a reabertura do Núcleo Social 31 de Março, na cidade de Ponta Grossa, que, conforme denúncia formulada pelo órgão de divulgação "A Notícia", daquela cidade, encontra-se fechado há alguns dias. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 28, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 151/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3500, de 24 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN — Mat. 096
JOSÉ JOAQUIM — Mat. 598

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 152/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3478, de 24 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

DURVAL DAROS — Mat. 065

LELINGTON LOBO FRANCO — Mat. 421

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 153/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3484, de 24 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, do funcionário ARY NATAL CHEMIN, matrícula n.º 297, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 154/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3473, de 24 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES, matrícula n.º 219, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 227/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2293, de 21 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de agosto de 1.977, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 228/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2456, de 28 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 150,

da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 229/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10376, de 19 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, em favor de MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso III, do Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de dois (02) anos, nove (09) meses e dezessete (17) dias, prestados à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, para fins de aposentadoria e disponibilidade.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 230/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2433, de 27 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 231/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1994, de 14 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 119, ocupante do cargo de provimento efetivo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 10 de fevereiro de 1.974 e igual data de 1.978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1.974, 1.975 e 1.976, contadas em dobro, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 232/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1785, de 09 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ORLANDO MORO, matrícula n.º 133, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de março de 1.978, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 233/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 260, de 09 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de PAULINA SCHERNER SIMÕES, matrícula n.º 223, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.977, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1.972 e igual data de 1.976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas a 1.973, 1974 e 1.975, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 234/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2367, de 22 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula n.º 109, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1.976 e 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, às 16:00 horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado AUGUSTO CARNEIRO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado WERNER WANDERER, apresentou redação final aos seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 74/76 — de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana.— PROJETO DE LEI N.º 94/77 — de autoria dos Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, autorizando o Poder Executivo a proceder sua instalação e funcionamento em 1.978.— PROJETO DE LEI N.º 115/77 — de autoria do Deputado Erondy Silvério, que acresce um parágrafo com redação que especifica ao artigo 138, da Lei n.º 6174, de 16/11/70.— PROJETO

DE LEI N.º 128/77 — de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo alienar por doação ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado no Quadro Urbano do Distrito de Angaf, com a área, limites divisas e demais características, constantes do Registro de Imóveis Comarca de Teixeira Soares.— PROJETO DE LEI N.º 133/77 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que dá nova redação ao artigo 70 e seu parágrafo único da Lei n.º 6174, de 16/11/70. PROJETO DE LEI N.º 143/77 — de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado, conforme específica.— PROJETO DE LEI N.º 154/77 — de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Mamborê.— APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário